

A reunião dos devedores latino-americanos será em Cartagena, Colômbia

por Norton Godoy
de Brasília

Não é mais possível resolver o problema do endividamento externo apenas com os bancos privados ou com a participação isolada de organizações financeiras internacionais. Esse é o recado mais importante contido na carta assinada por sete presidentes latino-americanos (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela) entregue ontem aos chefes de Estado das sete maiores nações industrializadas, que se reunirão hoje em Londres. Os chanceleres e ministros das Finanças dos sete governos signatários da carta se reunirão em Cartagena, na Colômbia, nos próximos dias 21 e 22 de junho, como informou oficialmente o Itamaraty.

A carta, de duas laudas, afirma que os aumentos nas taxas de juros, as dificuldades de obtenção de recursos financeiros adicionais e o fortalecimento da prática protecionista são "fatores que impedem que os benefícios da recuperação econômica nos países industrializados atinjam as economias latino-americanas".

"A necessidade urgente de adotar ações concertadas (entre ricos e pobres) é evidente, sobretudo na questão do endividamento. Não é possível pensar que os problemas possam resolver-se apenas através do contato com os bancos ou com a participação isolada das organizações financeiras internacionais."

Dizem ainda os presidentes que "é necessário o desenvolvimento de um diálogo construtivo entre países credores e devedores, para a identificação de medidas concretas que aliviem a carga do endividamento externo, levando em conta os interesses de todas as partes envolvidas". A propósito, o porta-voz do Itamaraty, ministro Bernardo Pericás, fez questão de frisar, ao divulgar a carta ontem, que o governo brasileiro sempre defendeu a necessidade do diálogo sobre este e outros problemas entre as economias do Norte e do Sul.

Como é seu objetivo prático, a carta pede que a situação e as perspectivas das economias latino-americanas, em especial as questões de comércio, financiamento e endividamento externo, sejam consideradas nas deliberações do encontro dos "sete grandes" que se inicia hoje em Londres.

Para reiterar a vontade de diálogo e não-confrontação, a carta afirma ainda que, com base em critérios de justiça e eqüidade, é preciso definir um conjunto de políticas e ações integradas nos campos do financiamento, do endividamento e do comércio. "É indispensável estabelecer um ambiente franco de cooperação, que corresponda a um esquema de responsabilidade compartilhada e que reflita os interesses do conjunto da comunidade internacional."

Lembra também que, como contribuição a esta consideração, a declaração e o plano de ação de Quito, elaborados pela Conferência Económica Latino-Americana (realizada em janeiro passado na capital equatoriana), foram oportunamente enviados aos governos dos países desenvolvidos.

A entrega formal desta carta movimentou ontem vários canais diplomáticos. Pela manhã, os embaixadores do Brasil (representando também a Argentina, que está com suas relações com o Reino Unido rompidas), Colômbia, Equador, México, Venezuela e Panamá, acreditados em Londres, fizeram a entrega ao governo britânico encarregado da organização do "summit" londrino. E, simultaneamente, o chanceler Saraiva Guerreiro fazia o mesmo no Itamaraty, a um por um dos embaixadores que representam as sete potências em Brasília. O embaixador norte-americano, Diego Asencio, disse que seu governo reagiria com "simpatia" ao documento. Todos os embaixadores foram unâmes em afirmar que o assunto será "bem abordado" durante a conferência de cúpula em Londres.